



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

**I – Necessidade da contratação:**

Necessidade de realizar a cobertura dos treinamentos, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas por este Tribunal, no decorrer do ano de 2024, suprimindo demanda Divisão de Documentação e Memória e Coordenadoria de Comunicação Social.

O objeto desta contratação é usualmente contratado por este Regional, consta na Programação de Compras, compondo o Plano de Contratações Anual, que é um instrumento governança e gestão, aprovado pela Administração.

Esta aquisição está alinhada aos objetivos estratégicos, permitindo o correto funcionamento do TRT/24, no cumprimento de sua missão institucional.

A contratação de serviços de foto e filmagem pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a comunicação eficaz das atividades institucionais. Esses serviços são fundamentais para documentar eventos, sessões e outras atividades relevantes, promovendo a visibilidade e a acessibilidade das ações do TRT.

O objeto destes autos proporciona a documentação visual precisa e acessível das atividades do TRT. Isso inclui a educação e conscientização, pois as imagens e vídeos podem ser utilizados em campanhas educativas e de conscientização, contribuindo para a formação de uma sociedade mais informada e consciente de seus direitos.

Importante destacar que a documentação visual das atividades do TRT é crucial para preservar a memória institucional e garantir a integridade dos registros históricos. Ademais, as imagens e vídeos são ferramentas poderosas de comunicação que podem ser utilizadas para divulgar decisões, eventos e outras atividades



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

relevantes do TRT, facilitando a comunicação interna e externa.

Dessa forma, quanto ao interesse público, a contratação de serviços de foto e filmagem pelo Tribunal Regional do Trabalho é uma medida estratégica que atende ao interesse público e fortalece a missão institucional do Tribunal. Ao garantir a transparência, a acessibilidade e a comunicação eficaz, tais serviços contribuem para a promoção da justiça e a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Mais especificamente em relação aos itens de decoração, como arranjos para aparador, floreira, tapete, aparador e cenário para fotos, justifica-se pelo interesse em garantir a adequada ambientação e organização dos espaços em eventos institucionais. Esses itens contribuem para criar uma atmosfera de formalidade e solenidade, condizente com a relevância das cerimônias, além de valorizar a imagem institucional do órgão.

A ambientação adequada auxilia na recepção de autoridades e participantes, proporcionando um espaço esteticamente agradável e organizado, o que reflete diretamente no profissionalismo e na seriedade com que as atividades do Tribunal são conduzidas. O cenário de foto, por exemplo, também permite registrar visualmente momentos importantes, reforçando a memória institucional e o engajamento com o público.

Portanto, essa contratação atende ao interesse público ao conferir ao evento um padrão de qualidade que valoriza tanto a instituição quanto os indivíduos nela envolvidos.

Esclarecemos que a necessidade da contratação engloba os serviços: Filmagem sem edição de vídeo; Filmagem com drone; Animação de vídeo 2D; Streaming para transmissão de eventos ao vivo pela internet; Locação de sonorização; Locação de iluminação; Locação de backdrop; Locação de painel de LED pequeno (3x2 metros); Locação de painel de LED grande (5x3 metros); Locução; Fotógrafo; Impressão de fotos digitais de diversos tamanhos (15x21; 20x25; 30x40; 30x35 e 50x60); Álbum de fotos com estojo; e Locação de arranjos para aparador e floreira, tapete, aparador e cenário para fotos.

**II - Previsão da contratação no Plano de Contratações**  
**Anual:**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Este Processo Administrativo está alinhado com o Planejamento Estratégico, nos termos da Resolução Administrativa 66/2021, com o objetivo Estratégico: "Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais: perfeição os processos de comunicação com foco na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas, e resultados operativos da jurisdição trabalhista para todos os atores do sistema de justiça e sociedade, para fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho."

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável, especificamente os itens do plano de ação: 14.1 - Manter a aplicação das diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho nas aquisições e contratações; e 14.2 - Submeter à análise e acompanhamento da unidade de sustentabilidade os Estudos Preliminares para averiguação quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade.

A contratação está prevista no plano anual de contratações do exercício de 2025.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: classificação funcional programática 003342560054 e categoria econômica da despesa 3 (despesa corrente); na Natureza de Despesa nº 4 Despesa nº 3.3.9.0.39.59 (Outros Serviços de Terceiros - PJ - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto); Item de execução orçamentária para os exercícios de 2025 previstos para "Serviços de Foto e Filmagem" e "Álbum para acondicionamento de Fotos" da proposta orçamentária da CCOM (SIGEO - 151252025000163) e da DDM (SIGEO - 151252025000131). Ressaltamos que para complementar a despesa de 2025, o CML disponibilizará recursos do Item Sigeo "Material de Expediente" (SIGEO - 151252025000063). O valor disponibilizado pelo CML faz referência apenas a 2025, de forma que em 2026 a proposta dos demandantes deverá disponibilizar o valor a que se refere.

Os Gestores e Fiscais da contratação indicados são: Marcela de Menezes Dória Albres, Gabriel Valim da Silva, Clarice Mesquita de Almeida e Kárita Cristina Francisco Veríssimo Gonçalves.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**III - Requisitos da Contratação:**

A contratação deverá observar, dentre outras exigências a serem incluídas no Termo de Referência, as seguintes especificações:

Contratada deverá disponibilizar todo aparato necessário para a cobertura do evento com antecedência, conforme horário estabelecido no Termo de Referência.

Atraso na cobertura do evento caracterizará inexecução parcial.

A contratada, durante a execução dos serviços de filmagem, fotografia e transmissão de eventos ao vivo pela internet (streaming), deverá disponibilizar os profissionais aos setores envolvidos.

Os eventos serão realizados na cidade de Campo Grande.

As quantidades informadas são apenas estimativas e não obrigam o TRT a demandá-las, servindo apenas como referência competitiva. Os serviços/produtos serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada, ao longo do ano, configurando o fornecimento por demanda.

A estimativa dos eventos informados pelos setores estará disponível no Termo de Referência, bem como no item IV deste ETP.

O Tribunal expedirá por meio da Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM) e da Divisão de Documentação e Memória (DDM), Ordem de Execução para prestação do(s) serviço(s) com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data do evento.

A Ordem de Execução dar-se-á por meio de mensagem eletrônica, via e-mail.

A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os profissionais e equipamentos necessários para a cobertura do evento com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário de início do evento estabelecido na Ordem de Execução

Para eventos que envolvam a transmissão ao vivo pela internet (streaming), a antecedência mínima exigida será de 120 (cento e vinte) minutos do início do evento, para a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

instalação, configuração e teste de todos os equipamentos necessários.

A definição das condições de execução e pagamento, o regime de fornecimento de bens e condições de recebimento e regime de prestação dos serviços estão descritas de forma pormenorizada no Termo de Referência. Entendemos, s.m.j, não ser necessário replicar na íntegra aqui no ETP as informações que constarão do Termo de Referência.

Em relação à adequação e eficiência dos critérios de julgamento e modo de disputa escolhido para fins de seleção da proposta mais vantajosa, esclarecemos que será realizado na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com o objetivo de adquirir bens sustentáveis, observada a disponibilidade no mercado, considerando os requisitos de qualidade constantes nas especificações. Dessa forma, visamos adquirir itens com a qualidade necessária, observando a maior competitividade possível, pelo menor custo.

Quanto aos critérios de habilitação que constarão no Termo de Referência, haverá a habilitação jurídica que será de acordo com o enquadramento empresarial: Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

sede a matriz; e Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Ainda no que se refere aos critérios de habilitação, haverá a habilitação fiscal, social e trabalhista: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Por outro lado, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Por fim, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

No tocante aos requisitos de econômico-financeira, para que a licitante possa demonstrar a aptidão econômica e técnica para o cumprimento das obrigações contratuais, não



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

serão exigidos índices que demonstrem a capacidade da empresa e o balanço patrimonial, para consultar a situação contábil e financeira da empresa. Isso porque há a decisão da Diretoria-Geral constante do Proad nº 18.716/2023 (doc. 58), em que consignado a análise do art. 3º do Decreto nº 8.538/2015 (regulamenta os arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006), sugere-se a exclusão das exigências quanto aos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) para comprovação da qualificação econômico-financeira, com o objetivo de atingir a adequação do procedimento às disposições contidas no artigo do decreto supramencionado. Nesse sentido, constará a exigência de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II). Concernente à habilitação econômico-financeira (art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133), de acordo com o TCU: "É possível a participação em licitações de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório" (TCU, Acórdão nº 1.201/2020 - Plenário).

Em relação aos requisitos técnicos, serão exigidos registros e comprovantes de que a licitante é apta a exercer as atividades pertinentes. Entende-se por similares os serviços de cobertura de eventos, prestados em qualquer época ou lugar, com um quantitativo de, no mínimo: tiragem de 150 (cento e cinquenta) fotos; e filmagem de 10 (dez) horas, nos termos do art. 67, §1º e §2º da Lei 14.133/2021. O fornecedor do ramo pertinente ao objeto, cujo dado cadastral no SICAF incluía o fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do Pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista recente decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017. Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços terceirizados, o que não é o caso.

Não será permitida a participação de consórcios, pois, a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso do objeto sob exame.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, nos seguintes termos "1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria".

No tocante à vigência da contratação, optou-se pela contratação por 24 (vinte e quatro) meses, sendo que habitualmente este Tribunal tem adotado a formalização de instrumento de contrato, coincidindo com o mandato do Presidente do Tribunal, que influencia diretamente no cronograma de eventos da Instituição. Caso se mantenha a característica dos eventos após o primeiro biênio, há a





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

possibilidade de prorrogação da vigência contratual, observando previsão do art. 107 da Lei 14.133/2021.

A classificação da contratação como serviço contínuo pode ser justificada com base na recorrência e regularidade da necessidade desses materiais em eventos institucionais. O fato de que o órgão realiza diversas solenidades e cerimônias ao longo do ano torna a contratação desses itens uma demanda constante.

Os eventos institucionais, como homenagens, cerimônias de posse, entrega de comendas e outras ocasiões oficiais, ocorrem regularmente, exigindo a repetida utilização da contratação. Assim, o enquadramento como serviço contínuo se apresenta como a melhor solução para garantir a disponibilidade de contratação essencial à cobertura e registro de eventos, bem como à ambientação.

A continuidade desse serviço, portanto, está vinculada à regularidade da demanda, o que caracteriza a contratação como serviço contínuo, atendendo à eficiência na gestão de recursos e à previsibilidade de despesas no orçamento institucional.

Insta registrar a economia processual da vigência do contrato em período superior a um exercício, respeitando o princípio da eficiência na Administração Pública, promovendo: Redução dos custos, tendo em vista a economia de escala obtida com o maior valor contratual; continuidade e qualidade dos serviços prestados, em detrimento da troca frequente de fornecedores; eficiência operacional, evitando interrupções na prestação dos serviços; estabelecimento de relacionamento de confiança com os fornecedores, tendo em vista a contratação de maior prazo; e economia de tempo, pois, a renovação de contratos demanda tempo e recursos administrativos.

**Sustentabilidade:**

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

- A CONTRATADA deve empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a cinco por cento



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

(5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);

- Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.
- A CONTRATADA deverá cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência;
- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
- Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

A comprovação dos critérios de sustentabilidade definidos nos subitens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA.

**IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das  
memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão  
suporte:**

A demanda foi estabelecida pelas Unidades Demandantes, com base na previsão de eventos, conforme cronograma constante no Anexo I deste ETP, bem como demanda consolidada abaixo:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

DESPESA POR SETOR - 24 MESES										
LOCALIDADE	ITEM	QUANTIDADE	UNID/VALOR	TIPO DE SERVIÇO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO*	PREÇO MÉDIO TOTAL	DDM		CCOM	
							QTD	VALOR TOTAL	QTD	VALOR TOTAL
	1	58	horas	Filmagem sem edição de vídeo	508,33	29.483,14	40	20.333,20	18	9.149,94
	2	8	horas	Filmagem com drone	645,00	5.160,00		0,00	8	5.160,00
	3	20	minutos	Animação de vídeo 2D (minutos)	775,00	15.500,00		0,00	20	15.500,00
	4	4	horas	Streaming para transmissão de eventos ao vivo pela internet	2.113,33	8.453,32		0,00	4	8.453,32
	5	38	horas	Locação de sonorização -	775,00	29.450,00	6	4.650,00	32	24.800,00
	6	18	diária	Locação de iluminação	266,67	4.800,06		0,00	18	4.800,06
	7	1	diária	Locação de Backdrop	900,00	900,00		0,00	1	900,00
	8	6	diária	Locação de Paineis de Led pequeno - 3x2 metros	3.216,67	19.300,02		0,00	6	19.300,02
	9	7	diária	Locação de Paineis de Led grande 5x3 metros	4.458,23	31.207,61		0,00	7	31.207,61
	10	23	minutos	Locução	450,00	10.350,00		0,00	23	10.350,00
	11	44	diária	Fotógrafo	900,00	39.600,00	28	25.200,00	16	14.400,00
	12	395	fotos	Impressão de fotos digitais 15 x 21, de arquivos preexistentes	13,08	5.166,60		0,00	395	5.166,60
	13	52	fotos	Impressão de Foto digital 20 x 25 de arquivos preexistentes	21,00	1.092,00		0,00	52	1.092,00
	14	96	fotos	Impressão de Foto digital 30x40 de arquivos preexistentes	25,50	2.448,00	96	2.448,00		0,00
	15	2	fotos	Impressão de Fotos digitais 30x35, de arquivos preexistentes	74,00	148,00		0,00	2	148,00
	16	20	fotos	Impressão de Fotos digitais 50x60, de arquivos preexistentes	75,00	1.500,00		0,00	20	1.500,00
	17	18	unid.	Álbum de fotos	152,48	2.744,64		0,00	18	2.744,64
	18	10	diária	Locação Arranjo Aparador	475,00	4.750,00		0,00	10	4.750,00
	19	16	diária	Locação Arranjo Floreira	275,67	4.410,72		0,00	16	4.410,72
	20	5	diária	Locação Tapete	350,00	1.750,00		0,00	5	1.750,00
	21	10	diária	Locação Aparador	175,00	1.750,00		0,00	10	1.750,00
	22	6	diária	Locação Cenário Foto	900,00	5.400,00		0,00	6	5.400,00
VALOR TOTAL					R\$	225.364,11	R\$	52.631,20	R\$	172.732,91

Ressaltamos que para complementar a despesa de 2025, o CML disponibilizará recursos do Item Sigeo "Material de Expediente". O valor disponibilizado pelo CML faz referência apenas a 2025, de forma que em 2026 a proposta dos demandantes deverá disponibilizar o valor a que se refere.

Importante destacar que o Gabinete de Saúde e a Escola Judicial informaram que não terão demanda para esta contratação, conforme documentos juntados aos autos.

**V - Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

O Tribunal não possui estrutura e pessoal qualificado para cobertura dos treinamentos, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas por este Tribunal.

Em razão da demanda existente, faz-se necessária a contratação de empresa prestadora dos serviços.

A contratação visa atender a demanda mencionada com agilidade, eficiência e melhor preço, minimizando eventuais dificuldades que possam ocorrer no referido evento.

Esclarecemos que esta contratação observa a experiência de contratações anteriores, inclusive com a alteração de alguns serviços:

- Alteração da forma de contratação do fotógrafo, alterando a unidade de fornecimento, que antes era por fotos tiradas, para pagamento por diária, com quantitativo mínimo de 250 fotos por diária, tendo em vista a prática de mercado e a economicidade da contratação. A impressão de fotos segue com o pagamento por unidade.
- Inclusão dos serviços de locação de objetos, que serão utilizados pelo Cerimonial nos eventos deste Regional.

Quanto à prática de outros órgãos públicos, realizamos consulta ao sistema de ETP digital, contudo, não localizamos soluções diferentes da contratação do objeto proposto neste processo.

Para a pesquisa foram consultadas contratações de outros órgãos públicos, mediante acesso ao PNCP, site em que consta todas as contratações da Administração Pública. Também foi realizada pesquisa na internet, em relação aos materiais a serem fornecidos.

Em relação à consulta de potenciais fornecedores, consultamos as empresas constantes em nosso cadastro, composto por proponentes que participaram de licitações semelhantes recentemente neste Tribunal ou em outros órgãos públicos, bem como empresas que encaminharam orçamento prévio em contratações anteriores de mesmo objeto. Os contatos das empresas consultadas estão disponíveis na planilha de doc. 32



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**VI - Estimativas do valor da contratação:**

A estimativa da despesa é de 225.364,11 (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e onze centavos), sendo:

GRUPO 1					
Item	Quant. Estimada	Unid.	Especificação	Valor Unitário máximo	Valor Global Máximo (Qtde Estimada X Unid)
1	58	horas	Filmagem sem edição de vídeo	508,33	29.483,14
2	8	horas	Filmagem com drone	645,00	5.160,00
3	20	minutos	Animação de vídeo 2D (minutos)	775,00	15.500,00
4	4	horas	Streaming para transmissão de eventos ao vivo pela internet	2.113,33	8.453,32
5	38	horas	Locação de sonorização -	775,00	29.450,00
6	18	diária	Locação de iluminação	266,67	4.800,06



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

7	1	diária	Locação de Backdrop	900,00	900,00
8	6	diária	Locação de Paineis de Led pequeno - 3x2 metros	3.216,67	19.300,02
9	7	diária	Locação de Paineis de Led grande 5x3 metros	4.458,23	31.207,61
10	23	minutos	Locução	450,00	10.350,00
11	44	diária	Fotógrafo	900,00	39.600,00
12	395	fotos	Impressão de fotos digitais 15 x 21, de arquivos preexistentes	13,08	5.166,60
13	52	fotos	Impressão de Foto digital 20 x 25 de arquivos preexistentes	21,00	1.092,00
14	96	fotos	Impressão de Foto digital 30x40 de arquivos preexistentes	25,50	2.448,00
15	2	unid.	Impressão de Fotos digitais 30x35, de arquivos preexistentes	74,00	148,00



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

16	20	unid.	<b>Impressão de Fotos digitais 50x60, de arquivos preexistentes</b>	<b>75,00</b>	<b>1.500,00</b>
17	18	unid.	<b>Álbum de fotos com estojo, capacidade para 40 (quarenta fotos)</b>	<b>152,48</b>	<b>2.744,64</b>
<b>GRUPO 2</b>					
18	10	diária	<b>Locação Arranjo para Aparador</b>	<b>475,00</b>	<b>4.750,00</b>
19	16	diária	<b>Locação Arranjo Floreira</b>	<b>275,67</b>	<b>4.410,72</b>
20	5	diária	<b>Locação Tapete</b>	<b>350,00</b>	<b>1.750,00</b>
21	10	diária	<b>Locação Aparador</b>	<b>175,00</b>	<b>1.750,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

22	6	diária	Locação Cenário Foto	900,00	5.400,00
----	---	--------	----------------------	--------	----------

A pesquisa de preços foi realizada conforme as diretrizes definidas na Lei nº 14.133/2021, instrumentalizada através do Mapa Comparativo para Estimativa de preços, observada o Manual de Aquisições deste Tribunal e a Instrução Normativa Seges/Me Nº 65, De 7 De Julho De 2021. Conforme determinado pelas normas em referência, as fontes consultadas são: Painel de Preços, contratações da Administração Pública, internet e fornecedores.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:**

O objeto da presente operação consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços fotográficos, filmagem, streaming para transmissão de eventos ao vivo pela Internet e disponibilização de equipamentos de som e imagem necessários à cobertura dos treinamentos de pessoal, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas por este Tribunal, no decorrer dos exercícios de 2025 e 2026.

Tendo em vista as características do objeto, não há exigências quanto à manutenção e assistência técnica.

A contratação de serviços de fotografia e filmagem pelo Tribunal Regional do Trabalho representa uma ação estratégica voltada ao interesse público, reforçando a missão institucional do órgão. Esses serviços desempenham um papel fundamental na promoção da transparência, no aumento da acessibilidade e na melhoria da comunicação institucional, fatores essenciais para fortalecer a confiança da sociedade na justiça e nas instituições pública.

O nexo entre os eventos previstos e os itens a serem contratados constam no Anexo I deste ETP.

**VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

Sugerimos a concentração em dois lotes: Um envolvendo os serviços de foto e filmagem comumente contratados por este Tribunal nos últimos exercícios e outro englobando os serviços de locação de itens para eventos, conforme detalhado no item VI deste ETP.

Os grupos visam atrair o maior número de competidores pelo valor total de cada lote, pois, a divisão dentro dos grupos poderia acarretar a inexistência de propostas para alguns itens. Além disso, o agrupamento proporciona maior celeridade e eficiência no gerenciamento do contrato, com reflexos na economia processual, operacional e financeira.

Considerando que se trata de serviços com as mesmas características, entendemos que o agrupamento em dois



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

lotes não restringe a participação dos potenciais fornecedores e não compromete a competitividade do certame.

Importante destacar, nessa esteira, a eficiência procedimental decorrente da redução de procedimentos para a fiscalização do contrato com apenas uma empresa por cada lote, possibilitando melhor gestão operacional nas etapas da fiscalização da contratação.

Outro fator preponderante para o agrupamento é evitar que exista mais de uma empresa por lote tendo que cumprir o prazo de entrega em serviços correlatos, uma vez que poderia ocorrer de alguma contratante não cumprir o prazo e comprometer a realização do evento.

Além disso, o número máximo de duas empresas fornecedoras dos serviços garante que a Administração tenha maior controle sobre o que está sendo ofertado, tanto em questão operacional quanto de qualidade técnica e cumprimento das exigências do contrato.

Outrossim, é imprescindível que haja uma sincronia entre os sistemas utilizados e os serviços oferecidos, de tal forma que se parcelarmos a contratação para mais de duas empresas, poderá haver prejuízos para a Administração como incompatibilidade de sistemas operacionais, acarretando em graves problemas técnicos e até mesmo na inexecução do evento.

**IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:**

A futura contratação permitirá à Contratante realizar cobertura dos treinamentos, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas por este Tribunal.

É estritamente necessária, pelo fato de seu objeto não fazer parte dos recursos próprios à disposição do TRT. É, ainda, vantajosa, por permitir que os recursos humanos das Unidades Demandantes possam concentrar os esforços na supervisão e no controle dos eventos.

Por fim, a especificação dos objetos a serem contratados foi realizada de modo a aperfeiçoar os recursos contratados, visando maior economia para a Administração Pública.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:**

Não há necessidade de adequação do ambiente da organização, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, conforme art. 18, § 1º, inciso X da Lei 14.133/2021.

Em consonância com o art. 10 da Portaria TRT/GP/DG nº 140/2024 c/c art. 17 da RA nº 74/2023, a execução do objeto do pedido não demanda intervenção de área técnica específica distinta da unidade demandante.

**XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

A última contratação de mesmo objeto possui a numeração PROAD 24204/2023.

**XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:**

Consta no item III deste ETP, os critérios de sustentabilidade que serão aplicados no certame e suas justificativas.

**XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade:**

O presente estudo preliminar evidencia a viabilidade da Contratação, uma vez que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

Nome: João Márcio Hidalgo Talarico

Telefone: 3316-1843

E-mail: material@trt24.jus.br

Nome: Rafael Pereira Cardozo

Telefone: 3316-1846



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

E-mail: [compras@trt24.jus.br](mailto:compras@trt24.jus.br)

Kárita Cristina Francisco Veríssimo Gonçalves

Telefone: 3316-1746

[documentacao@trt24.jus.br](mailto:documentacao@trt24.jus.br)

Marcela de Menezes Dória Albres

Telefone: 3316-1796

E-mail: [cerimonial@trt24.jus.br](mailto:cerimonial@trt24.jus.br)

Mateus Cominetti

Telefone: 3316-1891

E-mail: [socioambiental@trt24.jus.br](mailto:socioambiental@trt24.jus.br)

Gabriel Valim da Silva

Telefone: 3316-1796

E-mail: [cerimonial@trt24.jus.br](mailto:cerimonial@trt24.jus.br)

Clarice Mesquita de Almeida

Telefone: 3316-1796

E-mail: [cerimonial@trt24.jus.br](mailto:cerimonial@trt24.jus.br)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ANEXO I**

**CRONOGRAMA DE EVENTOS**

**Coordenadoria de Comunicação Social**

2025

CIDADE	FOTÓGRAFO (diária)	HORAS DE FILMAGEM S/ EDIÇÃO	HORAS DE FILMAGEM M/C/ DRONE	ANIMAÇÃO DE VÍDEO 2D (minutos)	FOTO DIGITAL 15 x 21 CM DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	FOTO DIGITAL 20 X 25 DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	FOTO DIGITAL 30 X 35 DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	FOTO DIGITAL 50 x 60 DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	ÁLBUM	HORAS DE SONORIZAÇÃO	HORAS DE STREAMING	ILUMINAÇÃO (diária)	BACKDROP (diária)	PAINEL DE LED PEQUENO (diária) - 3x2 metros	PAINEL DE LED GRANDE (diária) - 5x3 metros	LOCUÇÃO (minuto)	CADÉIRAS (estilo tiffany, de poli-carbonato, 32cm (A) x 40 (L) X 41 (P) - (diária)	ARRANJO S PARA APARADO R (flores naturais, no estio tropical, com 50cm (L) e 25cm (A) - (diária)	ARRANJO FLOREIRA (flores e folhas naturais no estilo tropical, mediado 3m (C), 20cm (L) e 80 cm (A) - (diária)	TAPETE (decorativo estilo persa mediado 4m3m - (diária)	SCENOGRAFIA (madeira, cor escura, medidas de referência: 50cm (L) X 1,60m (C) X 32cm (A) - (diária)	CENÁRIO FOTO (composição: tapete (2mx2m), vaso planta ornamental, 2 pontos de iluminação decorativa e um painel de tecido - (diária)
Campo Grande				3	10	2			1			1						2			1	
Campo Grande				3	15				1	2				2								
Campo Grande	1	2			25				1	3		3						1			1	1
Campo Grande										2						2						
Campo Grande										3						2						
Campo Grande	1				20				1			1		1		2						
Campo Grande	1	3	2		20				1													
Campo Grande	1				25			10	1			1			1	2			2			1
Campo Grande	1	2			20				1	2					1							
Campo Grande	1	2	2		20					2												
Campo Grande	1			3	20				1			1			1	2			3	1	1	
	7	9	4	3	115	2	0	10	8	14	0	7	0	3	3	10	0	3	5	1	3	2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

2026

EVENTO	MÊS	CIDADE	FOTÓGRAFO (diária)	HORAS DE FILMAGEM S/ EDIÇÃO	HORAS DE FILMAGEM C/ DRONE	ANIMAÇÃO DE VÍDEO 2D (minutos)	FOTO DIGITAL 20 X 25 DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	FOTO DIGITAL 15 X 21 C/ DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	FOTO DIGITAL 30 X 35 DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	FOTO DIGITAL 50 X 60 DE ARQUIVOS PREEXISTENTES	ÁLBUM	HORAS DE SONORIZAÇÃO	HORAS DE STREAMING	ILUMINAÇÃO (diária)	BACKDROP (diária)	PAINEL DE LED PEQUENO (diária) - 3x2 metros	PAINEL DE LED GRANDE (diária) - 5x5 metros	LOCUÇÃO (minuto)	CADEIRAS (estilo tiffany, de poli-carbonato, medido 32cm (A) X 40 (L) X 41 (P) - (diária)	ARRANJO S PARA APARADO R (flores naturais, no estilo tropical, medido 1m (C), 20cm (L) X 80 cm (A) - (diária)	ARRANJO FLOREIRA (flores e folhas naturais no estilo tropical, medido 1m (C), 20cm (L) X 80 cm (A) - (diária)	TAPETE (decorativo e estilo persa mediado 4m x 6m - (diária)	APARADO R (madeira, cor escura, medidas de referência: 50cm (L) X 1,50m (C) X 32cm (A) - (diária)	COMPOSIÇÃO FOTO (2x2m), vaso plantas ornamentais, 2 pontos de iluminação decorativa e um painel de fundo feito de tela (diária)
Dia da Melker	março	Campo Grande					10		10	1				1						2			1	
Trabalho Infantil	maio					3																		
Abril Verde	abril	Campo Grande				3	15			1	2					2								
Festa Jesus	junho	Campo Grande	1	2			25			1	3			1						1			1	1
Audição Pública	junho	Campo Grande									2							2						
Seminário Acessibilidade	agosto	Campo Grande									3							2						
Lançamento do Toracão de Futebol	setembro	Campo Grande	1				20			1				1		1		2						
Ordem Geométrica	outubro	Campo Grande	1				50	25		1	2	2		2	1					2	3	1	2	1
Passeio Ciclistico	outubro	Campo Grande	1	3	2		20			1														
Homenagem Servidores - medalhas	outubro	Campo Grande	1				25			1				1			1	2			2			1
Abertura Toracão Futebol	outubro	Campo Grande	1	2			20			1	2						1							
Final Toracão Futebol	outubro	Campo Grande	1	2	2		20				2													
Labor et Honoris	dezembro	Campo Grande	1			3	20			1				1			1	2			3	1	1	
Posse novos Dirigentes	dezembro	Campo Grande	1			2	20	2		1	2	2	2				1	3		2	3	2	2	1
TOTAL			9	9	4	11	50	220	2	10	10	18	4	11	1	3	4	13	0	7	11	4	7	4



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Divisão de Documentação e Memória**

<b>Exercício</b>	<b>Eventos de 2025</b>	<b>Horas de Filmagem sem edição</b>	<b>Tiragem e impressão de fotos digitais (30x40)</b>	<b>Horas de sonorização</b>
<b>2025</b>	<i>Evento Cultural – Dia 1º de Maio</i>	<i>2 horas</i>	<i>10</i>	<i>2 horas</i>
	<i>Projeto História Oral – Campo Grande</i>	<i>10 horas</i>	<i>10</i>	<i>-</i>
	<i>Projeto Primavera dos Museus Setembro de 2025</i>	<i>5 horas</i>	<i>10</i>	<i>1 hora</i>
	<i>Exposição Temática novembro de 2025</i>	<i>3 horas</i>	<i>18</i>	<i>-</i>
	<b>Total de serviços para 2025</b>	<b>20 horas</b>	<b>48</b>	<b>3 horas</b>
<b>2026</b>	<i>Evento Cultural – Dia 1º de Maio</i>	<i>2 horas</i>	<i>10</i>	<i>2 horas</i>
	<i>Projeto História Oral – Campo Grande</i>	<i>10 horas</i>	<i>10</i>	<i>-</i>
	<i>Projeto Primavera dos Museus Setembro de 2026</i>	<i>5 horas</i>	<i>10</i>	<i>1 hora</i>
	<i>Exposição Temática outubro de 2026</i>	<i>3 horas</i>	<i>18</i>	<i>-</i>
	<b>Total de serviços para 2026</b>	<b>20 horas</b>	<b>48</b>	<b>3 horas</b>
<b>Totais-gerais</b>		<b>40 horas</b>	<b>96 fotos</b>	<b>6 horas</b>